

## UMA “ÉPOCA DE OURO” PARA AS MULHERES? OS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O TRABALHO FEMININO NO FINAL DA IDADE MÉDIA

**Cinthia Rocha**

Pós-Doutorado Sênior (PPGH-UFF)

cinthia.rocha@gmail.com

### **Resumo**

São escassas as informações acerca da divisão sexual do trabalho e o grau de participação feminina na esfera produtiva na Idade Média. Durante as últimas décadas, a historiografia se dividiu entre aqueles que defendiam a existência de uma “época de ouro” para a participação feminina na economia durante o período pré-industrial, considerando que este teria sido um momento de maiores oportunidades laborais para as mulheres. Ou entre aqueles que acreditam que a industrialização e o capitalismo trouxeram poucas mudanças na vida cotidiana das mulheres e sua participação na esfera produtiva, uma vez que o trabalho feminino já estaria, desde fins da Idade Média, limitado àquelas atividades que exigiam pouco treinamento ou capital inicial e que poderiam ser realizadas no tempo livre entre labores domésticos, ou de forma complementar a estes. Este trabalho visa apresentar o debate sobre a existência desta suposta “época de ouro”, considerando a questão à luz de trabalhos mais recentes sobre as condições de acesso das mulheres ao mercado de trabalho no final da Idade Média.

**Palavras-chave:** Historiografia; Trabalho feminino; Idade Média.

### **Abstract**

There is scarce information regarding the sexual division of labour and the degree of female participation in the productive sphere during the Middle Ages. In recent decades, historiography has been divided between those who argue for the existence of a "golden age" for female participation in the economy during the pre-industrial period, considering it a time of greater labour opportunities for women, and those who believe that industrialisation and capitalism brought few changes to women's daily lives and their participation in the productive sphere, as women's work had already been limited since the late Middle Ages to activities requiring little training or investment, and that could be performed alongside domestic chores. This work aims to present the debate on the existence of this supposed "golden age", considering the issue in light of more recent studies on women's access to the labour market at the end of the Middle Ages.

**Keywords:** Historiography; Female labour; Middle Ages.

A ampla participação feminina na economia medieval é uma realidade concreta. Entretanto, ainda são escassas – especialmente em língua portuguesa – as pesquisas em História Econômica que se dedicam a compreender o papel desempenhado pelas mulheres e pelas expectativas de gênero no desenvolvimento econômico ao longo do tempo. Se considerarmos

que a divisão sexual do trabalho é elemento essencial para entender as estruturas de qualquer modo de produção, uma análise que não considere as questões de gênero corre dois riscos: por um lado, pode oferecer uma contribuição apenas parcial sobre a economia de uma determinada sociedade e, por outro, pode reforçar mitos e lugares comuns sobre a participação feminina na economia, uma vez que, como sabemos, muitas obras da historiografia tradicional ainda refletem a misoginia do passado<sup>1</sup>. Além disso, tanto o trabalho produtivo, quanto o trabalho de reprodução da vida – que é majoritariamente realizado por mulheres – são partes igualmente necessárias para o funcionamento de qualquer sociedade e deveriam ser igualmente consideradas em qualquer análise econômica, o que nem sempre é uma realidade, já que o próprio conceito de trabalho frequentemente compreende somente a primeira.

A inclusão de gênero nos debates sobre desenvolvimento econômico se tornou mais comum nos últimos 40 anos a partir de importantes contribuições de diversas pesquisadoras da área. Uma delas, Claudia Goldin, professora de economia de Harvard, recebeu em 2023 o Prêmio Nobel Memorial de Ciências Econômicas graças a suas reflexões sobre Economia do trabalho e Economia de gênero. Em diversas obras, incluindo uma de suas principais, publicada em 1990, *Understanding the Gender Gap: An Economic History of American Women* (Goldin, 1990), ela analisa as tendências históricas da participação da mulher no mercado de trabalho e da evolução dos papéis de gênero nos Estados Unidos, explorando fatores como disparidade salarial, o papel da segregação ocupacional, e o impacto da necessidade de equilibrar vida familiar e carreira.

As obras de Claudia Goldin, talvez devido a seu recorte cronológico, dedicado ao período entre os séculos XIX e XX, reverberaram pouco nos estudos medievais. Mas medievalistas se beneficiariam de algumas de suas conclusões sobre as ambiguidades no processo de desenvolvimento econômico, que ora geram determinadas vantagens para as mulheres e ora as frustram, o que ela considera ser devido “às normas sociais e preconceitos que impedem as mudanças” (Goldin, 1990, p. 213). Evidências históricas, de fato, sugerem que a participação feminina no mercado de trabalho assalariado, considerando uma perspectiva de longo prazo, não seguiria um desenvolvimento linear; ao contrário disso, acompanharia transformações nas estruturas econômicas de cada sociedade, tanto ampliando, quanto mermando oportunidades.

---

<sup>1</sup> E também do presente, porque a misoginia na atualidade ainda é um dado essencialmente verdadeiro. Cf. SMITH, 2013.

Claudia Goldin também afirma haver encontrado uma “tendência em formato de U” para a participação feminina na economia (Goldin, 1995). Segundo esta teoria, também defendida por outras autoras, em um nível menos complexo de desenvolvimento econômico, as mulheres participam extensivamente na produção, principalmente a partir das unidades domésticas. Mudanças estruturais na sociedade reduzem o acesso das mulheres ao trabalho produtivo, tanto pela dificuldade em equilibrar o trabalho não remunerado doméstico e de cuidado com o trabalho remunerado, quanto pela diminuição da aceitação social do trabalho das mulheres fora de casa ou mesmo da sua presença em determinados ambientes. Nas fases posteriores do desenvolvimento econômico, as oportunidades laborais aumentariam novamente para as mulheres à medida que se ampliam seus níveis educativos e a demanda por força de trabalho, completando o padrão em forma de U.

Em uma das obras pioneiras sobre o trabalho feminino, *Working life of women in the seventeenth century* (Clark, 1968), publicado em 1919, Alice Clark também havia identificado que as mulheres, no período pré-industrial, haviam tido uma participação maior do que até então era estimado na economia produtiva. Ela, assim como outras autoras da época que se dedicaram ao estudo das mulheres, era feminista e fez parte do movimento sufragista. Segundo ela, as mulheres haviam contribuído significativamente para a subsistência familiar por meio de atividades como a produção têxtil. Para Clark, a industrialização e a separação entre o ambiente doméstico e o local de trabalho pioraram a posição econômica das mulheres, as confinando ao âmbito da família e do lar. Ficava subentendido pela argumentação de Clark, que o período pré-industrial havia proporcionado às mulheres mais oportunidades laborais, uma melhor condição de vida, e uma maior igualdade de *status* em relação aos homens.

Essa linha interpretativa foi uma tendência entre as pesquisas desenvolvidas ao longo de todo século XX sobre o tema. A maioria das pesquisadoras passaram a observar uma alteração significativa na forma como as mulheres se inseriam na economia produtiva – majoritariamente pela perda de determinadas funções – à medida que iam ocorrendo mudanças nas relações de produção e de trabalho. Isso as levou a pensar que o período medieval teria representado uma “época de ouro” para o trabalho feminino, uma vez que as mulheres teriam tido acesso a maiores oportunidades laborais, que foram perdidas nos séculos posteriores.

Na historiografia brasileira também encontramos exemplos da difusão da teoria da Idade Média como um período melhor, de uma suposta igualdade. Em um artigo publicado em 2002, Christine Rufino Dabat, sobre as mulheres medievais, afirma: “na Idade Média, elas haviam gozado, com plena capacidade, de papéis importantes, senão absolutamente iguais aos homens,

em muitas áreas de atividade: econômica, política e artística” (Dabat, 2002, p. 27), tendo o período posterior representado um “declínio” e um “retrocesso”.

Em uma obra que ganhou grande repercussão midiática nas últimas décadas, essa visão de um período de maior igualdade entre homens e mulheres fica evidente. Em “O Calibã e a Bruxa”, Silva Federici faz um esforço em analisar a opressão feminina dentro do capitalismo na larga duração. Ela busca entender as razões que estariam detrás da perseguição sofrida por milhares de mulheres no período de “caça às bruxas”, relacionando o fenômeno à transição do feudalismo ao capitalismo, que, ao destituir as mulheres de seu direito à reprodução, teria permitido o “desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que confina as mulheres ao trabalho reprodutivo” (Federici, 2017, p. 30). No capítulo dedicado à Idade Média, ela afirma:

É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens (Federici, 2017, p. 45).

A imagem construída por Federici da Idade Média é quase idílica, e bastante equivocada. Chama atenção, em especial, o trecho sobre os movimentos heréticos, que ela chamou de “primeira ‘internacional proletária’” (Federici, 2017, p. 70), em que os mesmos são descritos como grandes comunidades em que prevaleceria uma quase ilimitada liberdade sexual. Nos parece que a autora, na busca de fazer um contraponto com a situação das mulheres no capitalismo, fez uma leitura demasiadamente literal de algumas fontes e atribuiu às mulheres medievais uma agência e autonomia muito maiores do que apontam a maioria dos indícios que temos da época.

Uma autora, cujas contribuições para a historiografia acreditamos ser de extremo valor, é Martha Howell. Em *Women, Production, and Patriarchy in Late Medieval Cities* ela aborda o conceito de patriarcado de maneira crítica, questionando visões simplistas que retratam as mulheres como totalmente subordinadas e destacando a participação ativa das mulheres em diversas atividades produtivas, como artesanato e comércio. A principal contribuição do trabalho de Martha Howell tem sido combinar uma discussão sobre o sistema sexo-gênero, que definiria condições sociais distintas para mulheres e homens em função dos papéis que são tradicionalmente atribuídos a cada um, e o sistema econômico, buscando compreender a forma como funções laborais criaram e mantiveram a hierarquia de gênero. Segundo ela, para as

idades do norte da Europa, “as funções econômicas desempenhadas por mulheres que co-gerenciam as economias domésticas medievais eram valiosas e, o que é mais importante, valorizadas” (Howell, 1986, p. 11). Ela defende que as mulheres chegaram a ocupar posições privilegiadas no sistema produtivo, em especial no ramo artesanal, e que essa situação teria apresentado um desafio para o patriarcado, já que poderia minar o padrão de dominação masculina (Howell, 1986, p. 21). Com o subsequente desenvolvimento econômico e o aumento na especialização da produção, as mulheres teriam sido afastadas dos trabalhos de alto *status*, que passaram a depender de regulamentações e treinamentos específicos. A partir daquele momento, as mulheres teriam perdido o poder econômico e social para atuar nas esferas mais altas do ofício, tanto na produção, quanto na venda. Embora digna de reconhecimento pelo arguto esforço em sua investigação, algumas de suas afirmações são, no mínimo, insustentáveis em termos teórico-metodológicos. Concordamos com Howell que o controle dos ofícios de alto *status* se tornou um privilégio garantido através da legislação e da formação de corporações de ofício, o que afastou as mulheres dos mesmos, mas reconhecemos que ela não consegue comprovar sua hipótese de que as mulheres teriam sido valorizadas por ocuparem algumas dessas funções no período anterior ao surgimento das regulamentações. A mudança observada estava relacionada ao *status* da profissão, não ao *status* das mulheres que a realizavam. O simples fato de desempenharem algumas dessas atividades não nos diz nada sobre o prestígio e retorno financeiro que pode ou não haver estado associado a elas. Como demonstrou Judith Brenner sobre a produção de cerveja, quando a produção se tornou mais rentável, a posição das mulheres com relação ao ofício mudou, e não o *status* das mulheres em si.

Em 1300, as cervejeiras podiam trabalhar porque o ofício lhes era acessível; como trabalho de baixo *status*, baixa qualificação e mal remunerado, atraía pouca participação masculina e se adequava às responsabilidades domésticas de muitas mulheres. Em 1600, as mulheres ainda trabalhavam em áreas de produção de cerveja que permaneciam nas funções baixo *status*, baixa qualificação e mal remuneradas, ou que podiam ser adaptadas às necessidades familiares: vendiam cerveja nas ruas, comercializavam cerveja em suas casas e transportavam cerveja em suas costas dos pontos de produção aos clientes. No entanto, à medida que a produção real de cerveja — ou seja, o processo de fabricação em si — tornou-se muito mais lucrativa e prestigiada, passou para as mãos masculinas. Em outras palavras, houve uma transformação nas estruturas da indústria de cerveja; houve até uma mudança no trabalho das mulheres (muitas mais cervejeiras trabalhavam em 1300 do que em 1600); mas não houve uma transformação no *status* geral das mulheres trabalhadoras (a maioria das mulheres em 1300 e 1600 trabalhava em tarefas de baixa qualificação, baixo *status* e mal remuneradas) (Bennett, 1996, p. 7).

Alguns historiadores procuraram demonstrar a suposta melhora nas oportunidades laborais para as mulheres focando em recortes cronológicos menores, especialmente o período que se seguiu à Peste Negra, quando em algumas regiões os salários aumentaram e as oportunidades de trabalho se ampliaram em resposta à escassez de mão de obra. É o caso da obra *Women, Work, and Life Cycle in a Medieval Economy: Women in York and Yorkshire, c. 1100-1520*, em que P.J.P. Goldberg oferece uma análise sobre a interseção entre gênero, trabalho e ciclo de vida, destacando as diversas atividades econômicas em que as mulheres estavam envolvidas, salários e idade média em que ocorriam os casamentos. Ele afirma, por exemplo, que as mulheres se casavam mais tarde e com menos frequência do que suas mães ou filhas, porque podiam se sustentar sem um marido, o que teria se alterado séculos mais tarde, quando as mulheres teriam sido “forçadas” a retornar às posições de dependência dentro do casamento (Goldberg, 2002). O trabalho de Goldberg recebeu severas críticas desde sua primeira publicação em 1992 de pesquisadores que afirmaram, por um lado, que “ele solicitou às suas fontes para fornecerem perspectivas que elas não podem legitimamente oferecer” (Bennett, 1993. p. 678), e, por outro, que, contrastando-se com dados seriais, existiriam poucas evidências que apoiariam as afirmações de Goldberg sobre as oportunidades que permitiriam as mulheres casarem-se mais tarde (Humphries; Weisdorf, 2015).

Não foi somente a história econômica que se viu envolta por uma tendência a enxergar a Idade Média como um período de maior igualdade entre os sexos. Joan Kelly foi uma das pioneiras nos estudos sobre as mulheres e seu célebre artigo *Did women had a Renaissance?* contribuiu para apontar que a percepção da experiência humana ao longo da história precisa ser matizada pelas relações de gênero, uma vez que determinados eventos ou épocas não são vividos da mesma maneira por homens e mulheres. Para ela, ainda que o Renascimento tenha sido sempre visto como uma época de pujança cultural, esse desenvolvimento teria afetado as mulheres de forma contrária, limitando os papéis econômicos e políticos que lhes eram permitidos e até restringindo sua sexualidade. Ela compara o período renascentista ao medieval através da literatura de amor cortês e aqui é onde reside o problema de seu argumento. Segundo afirma, “o amor cortês medieval, intimamente ligado aos valores dominantes do feudalismo e da Igreja, permitia de maneira especial a expressão do amor sexual pelas mulheres”, e que “representar o amor ao longo das linhas da vassalagem teve várias implicações libertadoras para as mulheres aristocráticas” (Kelly-Gadol, 1977. p. 178). Uma das principais respostas a essas afirmações veio de Georges Duby, que disse não acreditar que o amor cortês contribuiu para a promoção das mulheres, uma vez que se tratava de um jogo entre homens, que realçava os

valores cavaleirescos: ao se submeter à mulher, um ser naturalmente inferior, o cavaleiro demonstrava submissão ao senhor (Duby, 2011. p. 74-75).

A historiografia que se dedicava à agência feminina também viveu, durante os anos de 1980 e 1990, uma tendência parecida, em que o período medieval era visto com mais otimismo. Um exemplo é a obra de Mary C. Erler e Maryanne Kowaleski, *Women and Power in the Middle Ages*, publicada em 1988, que reunia artigos de importantes nomes do campo, como a já citada Martha Howell, Judith Bennett, Barbara Hanawalt, dentre outras. Segundo as editoras, a história havia “se afastado de uma visão limitada e tradicional do poder como autoridade pública para uma visão mais ampla que abrange a capacidade de agir efetivamente, influenciar pessoas ou decisões, e alcançar objetivos” (Erler; Kowaleski, 1988, p. 2). A partir dessa perspectiva, elas procuraram desenhar um cenário em que as mulheres eram mais poderosas do que até então era suposto, gerando uma visão um tanto quanto romanesca de “como formas de experiência classicamente definidas como subalternas forneciam uma arena ampla e reconhecível” para o exercício de poder pelas mulheres. Quinze anos mais tarde, as mesmas autoras lançaram a obra *Gendering the Master Narrative: Women and Power in the Middle Ages*, que representa uma mudança de postura no entendimento do papel das mulheres na história medieval. Enquanto o primeiro volume enfatizava de forma otimista a capacidade de agência feminina, o segundo volume revela um amadurecimento ao reconhecer as complexidades e limitações neste âmbito. A ênfase nas formas em que as mulheres poderiam exercer poder permanece, mas agora há uma maior sensibilidade para os limites deste poder, reconhecendo que as mesmas estruturas e relações que, por um lado, poderiam ter proporcionado oportunidades para tanto, também poderiam tê-las subjugado por outro. Como resultado das críticas às polêmicas “alegações explícitas de poder feminino”, os artigos do livro de 2003 “incorporam um movimento de avanço e recuo que simultaneamente destaca as oportunidades das mulheres e as formas como esses avanços aparentes foram obscurecidos por perdas reais” (Erler; Kowaleski, 2003, p. 3). Esse desenvolvimento reflete uma compreensão mais matizada e crítica das estruturas e relações que moldaram a experiência feminina na Idade Média.

Louise Tilly e Joan Scott, duas referências incontornáveis sobre o trabalho feminino, também reviram algumas de suas asserções iniciais. Na obra *Women, Work, and Family* elas abordam as transformações na estrutura econômica e de que forma afetaram a participação feminina em atividades remuneradas. Para isso, utilizavam o conceito de “economia familiar”, que definiria o período pré-industrial, em que a base de produção seria a unidade familiar, pequena e de baixa produtividade, em que todos os membros trabalhavam em atividades

produtivas; e de “economia de salário familiar”, que teria prevalecido a partir do processo de industrialização, em que as famílias não eram mais dependentes do trabalho direto de seus membros, mas dos salários pagos por ele. Nesse sistema, a participação feminina em trabalhos remunerados dependia do grau de necessidade que a família tinha de seu salário (Tilly; Scott, 1989, p. 228). No entanto, ainda que identificando mudanças semelhantes no grau de participação feminina em atividades remuneradas, assim como havia feito Alice Clark, Tilly e Scott fazem uma ressalva à aparente posição favorável que atribuíam ao período pré-industrial. Na “Introdução à Nova Edição”, publicada em 1989, portanto, 11 após a primeira edição, as autoras fazem alguns esclarecimentos sobre seus conceitos e conclusões e afirmam: “o trabalho assalariado em si representou uma mudança, mas não uma melhoria na posição social das mulheres”, uma vez que a industrialização criou novas oportunidades de trabalho assalariado, mas que isso não representou uma “libertação” (Tilly; Scott, 1989, p. 2).

Tendemos a concordar com a última constatação apresentada pelas autoras e que é amplamente discutida por Judith Bennett em diversos trabalhos. Ela aponta que ao longo da Baixa Idade Média as mulheres se concentravam em atividades menos valorizadas e pior pagas, que exigiam menos formação específica para que fossem realizadas, como o exemplo da produção de cerveja citado anteriormente. Estudos realizados sobre regiões distintas da Europa demonstram que, no momento em que a vida econômica passou a se desenvolver cada vez mais fora das unidades familiares de produção ou, pelo menos, quando se tornou menos atrelada a elas, alguns tipos de oportunidades laborais remuneradas se viram mermadas para as mulheres. Tendo sido impossibilitado o acesso das mulheres à condição de aprendizes em ofícios diversos, quase todas as atividades organizadas em estruturas formais tornaram-se inacessíveis. Nesse contexto, o que se observava é que a alta hierarquia era dominada por homens em profissões especializadas, enquanto o grosso da mão de obra era formado por mulheres em postos mal pagos<sup>2</sup>.

Acreditando que os preceitos científicos nos estudos não sejam somente indicados como mera rotina da escrita historiográfica, é preciso abandonar a perspectiva ingênua de que as mulheres estiveram inseridas de forma significativa nas atividades laborais durante algum momento do medievo e que, posteriormente, essa inserção tenha se perdida simplesmente porque não encontramos mulheres em ofícios especializados. Voltemos à “tendência em formato de U” mencionada anteriormente. De acordo com o que várias análises demonstram, houve uma queda da participação das mulheres no mercado de trabalho em atividades

---

<sup>2</sup> Como ainda ocorre hoje em dia em diversos setores econômicos.

remuneradas no período entre o final do século XIX e início do XX, que representaria a parte mais baixa da curva. Segundo Jane Humphries e Carmen Sarasúa, dados mais recentes têm apontado que existe um sub-registro de atividades remuneradas realizadas por mulheres nesse período, o que indicaria uma curva pelo menos 25% menos acentuada do que até então era afirmado (Humphries; Sarasúa, 2012, p. 48). Ainda assim, a curva descendente existe, alterando-se em outro sentido apenas avançado o século XX. Mas, como dissemos, isso teria se dado apenas num determinado momento do desenvolvimento econômico dentro do capitalismo, em que a diminuição da oferta de empregos viáveis para as mulheres, somados à impeditivos legais e estigma social, teriam levado a esse recuo. Mas não quer dizer, em absoluto, que as mulheres tenham deixado de realizar tarefas remuneradas. Sheilagh Ogilvie chega a conclusões parecidas, rejeitando a ideia de que tenha havido uma “época de ouro” para as mulheres, e indicando que elas estavam envolvidas ativamente em diversos setores econômicos. Com relação à “tendência em formato de U”, ela afirma:

Em vez disso, o envolvimento feminino na atividade econômica fora do lar é agora considerado como tendo passado por uma série de flutuações de longo prazo - tanto para baixo quanto para cima - entre a Peste Negra e o final do século XX, em resposta a uma ampla gama de influências que alteraram o valor relativo do tempo das mulheres em diferentes atividades (Ogilvie, 2003, p. 335).

Ainda segundo a perspectiva defendida por Humphries e Sarasúa, o principal definidor para os níveis de participação feminina no mercado de trabalho seria, então, a demanda pelo tipo de ofício que era considerado aceitável para as mulheres. É preciso, através de estudos mais sistemáticos – sobre o período medieval de forma concreta –, verificar se essa premissa é válida também para a Idade Média. Em caso de que seja (como acreditamos que é), é necessário, ainda, investigar qual era a demanda para o trabalho feminino e sua oscilação ao longo do tempo. Acima de tudo, é imperioso examinar que tipos de atividades demandavam esse tipo de mão de obra, ou seja, a natureza dos ofícios que continuaram a ser desenvolvidos por mulheres. Uma aproximação interessante sobre este último ponto é a que vem sendo proposta por pesquisadoras como Maria Ågren e Jane Whittle. A abordagem, que no caso da primeira autora é chamado de “método orientado por verbo” (*verb-oriented method*), “foca em como as pessoas usam seu tempo para ‘ganhar a vida’” (Ågren, 2017, p. 2), através da criação de um banco de dados de verbos que eram usados para descrever tarefas laborais, extraídos de documentos referentes à execução da justiça. As conclusões prévias desses estudos têm sido bastante promissoras. Segundo Whittle, a contribuição econômica da mão de obra feminina para a força de trabalho é de 44%: “isso se deve, em parte, à importância do trabalho comercializado doméstico e de

cuidados, que têm sido negligenciados nos modelos existentes da economia do início da era moderna” (Whittle, 2024, p. 1). Ambos estudos demonstram que as mulheres participavam em todos os setores da economia e que tinham acesso a diversas formas de ganhar a vida, através da realização de tarefas remuneradas que iam além das atividades de subsistência e do trabalho assalariado.

Não podemos cair no erro, no entanto, de pensar que mais oportunidades laborais disponíveis para as mulheres representaria um período mais próspero, principalmente no que diz respeito a posição feminina na sociedade como um todo. Esta nos parece uma impressão que está excessivamente impregnada pela nossa experiência no capitalismo, em que mais oportunidades de trabalho remunerado, em geral, significam melhores condições. Judith Bennett reforça que, na longa duração, a história das mulheres é uma história da permanência de uma condição de precariedade social e econômica. Ela defende que estejamos atentos à “distinção crítica entre a mudança nas experiências das mulheres e a transformação no *status* feminino” (Bennett, 1997, p. 73), afirmando que muitas vezes as historiadoras têm confundido uma com a outra. Segundo ela afirma, a história do trabalho feminino “é uma história não de declínio de uma ‘idade de ouro’ perdida, mas uma história, pelo menos para a Europa desde o século XII, de novos designs bordados em um tecido de opressão e privação” (Bennett, 1988, p. 280).

Por outro lado, apontar para essa opressão, indicando que as mulheres, quase sempre, estavam limitadas a trabalhos mal remunerados e não especializados, de forma nenhuma é um reconhecimento de que as mulheres contribuíam menos para a economia. A variedade de atividades que desenvolviam e seu grau de envolvimento em todos os setores nos indicam o caráter fundamental que teve a mão de obra feminina. Inclusive, como afirmamos no início, não é possível compreender o desenvolvimento econômico sem incluir o trabalho executado pelas mulheres, uma análise que pode nos indicar importantes alterações (ou permanências) nas relações sociais de produção, revelando a existência ou não de transformações estruturais profundas.

Com exceção de alguns exemplos quase anedóticos, que viam a Idade Média como um período que se aproximou de alcançar a igualdade de gênero que ainda vemos distante no século XXI, acreditamos que a busca por uma “época de ouro” reflete uma inclinação a romantizar o passado que não é estranha aos estudos históricos. Almejamos encontrar um passado mais bonito para criticar o período em que vivemos e ajudar a forjar um futuro que pensamos ser melhor. Para a história das mulheres, essa conjuntura gerou-se a partir de duas tendências

antagônicas. Por um lado, pesquisadoras feministas procuravam as raízes da situação precária das mulheres no capitalismo e tendiam a ver sob um prisma positivo a maior participação feminina em atividades remuneradas durante a Idade Média. Por outro, o movimento que pretendia inserir as mulheres na história viu no período medieval uma excelente oportunidade de lançar luz sobre personagens até então obscuros e que seriam exemplos de um passado não tão sombrio para as mulheres. Para medievalistas de uma forma geral, combater sempre que possível o estereótipo de “Idade das Trevas” exerce uma forte atração. Ainda que nos dediquemos a elucidar que as mulheres na Idade Média inquestionavelmente desempenharam um papel importante na economia, ao contrário do que os estudos mais tradicionais pregavam ou deixavam subentendidos ao não se dedicarem às relações de gênero, não podemos esquecer que as mulheres viviam baixo uma forte opressão patriarcal que influenciou diretamente sobre o tipo de participação que lhes era permitido.

## Referências

- ÅGREN, Maria. **Making a living, making a difference: Gender and work in Early Modern European Society**. Nova York: Oxford University Press, 2017.
- BENNETT, Judith M. Confronting Continuity. **Journal of Women's History**, V. 9, N. 3, pp. 73-94, 1997.
- BENNETT, Judith M.. “History that stands still”: Women’s Work in the European Past. **Feminist Studies**, v. 14, n. 2, pp. 269-283, 1988.
- BENNETT, Judith M.. **Ale, Beer, and Brewsters in England: Women's Work in a Changing World, 1300-1600**. Nova York: Oxford University Press, 1996.
- BENNETT, Judith. M. Review of Women, Work, and Life Cycle in a Medieval Economy: Women in York and Yorkshire c. 1300-1520, by P. J. P. Goldberg. **Albion: A Quarterly Journal Concerned with British Studies**, 25(4), pp. 676–678, 1993.
- CLARK, Alice. **Working life of women in the seventeenth century**. London: Routledge, 1968.
- DABAT, Christine Rufino. “Mas, onde estão as neves de outrora?” Notas bibliográficas sobre a condição das mulheres no tempo das catedrais. **Cadernos de História**. UFPE, v. 1, n. 1, pp. 21-54, 2002.
- DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ERLER, Mary; KOWALESKI, Maryanne (eds). **Gendering the Master Narrative: Women and Power in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- ERLER, Mary; KOWALESKI, Maryanne (eds). **Women and Power in the Middle Ages**. Atenas e Londres: Univ. of Georgia Press, 1988.

- FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo, acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- GOLDBERG, Peter Jeremy Piers. **Women, work, and life cycle in a medieval economy: Women in York and Yorkshire c.1300-1520**. Oxford: Clarendon Press, 2002.
- GOLDIN, Claudia. The U-Shaped Female Labor Force Function in Economic Development and Economic History. In: SCHULTZ, Paul (ed.). **Investment in Women's Human Capital and Economic Development**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDIN, Claudia. **Understanding the Gender Gap: An Economic History of American Women**. Nova York: Oxford University Press, 1990.
- HOWELL, Martha C. **Women, Production, and Patriarchy in Late Medieval Cities**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- HUMPHRIES, Jane; SARASÚA, Carmen. Off the record: reconstructing women's labor force participation in the European past. **Feminist Economics**, nº 18(4), pp. 39-67, Outubro de 2012.
- HUMPHRIES, Jane; WEISDORF, Jacob. The Wages of Women in England, 1260–1850. **The Journal of Economic History**, Vol. 75, No. 2, pp. 405-447, junho de 2015.
- KELLY-GADOL, Joan. Did Women Have a Renaissance? In: BRIDENTHAL, Renate; KOONZ, Claudia (eds.). **Becoming Visible: Women in European History**. Boston: Houghton Mifflin, 1977.
- OGILVIE, Sheilagh. **A Bitter Living: Women, Markets, and Social Capital in Early Modern Germany**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- SMITH, Joan. **Misogynies: Reflections on Myths and malice**. London: Westbourne, 2013.
- TILLY, Louise A.; SCOTT, Joan W. **Women, Work, and Family**. Nova York: Routledge, 1989.
- WHITTLE, Jane. Putting women back into the early modern economy: work, occupations, and economic development. **Economic History Review**, pp. 1–29, 2024.